

Catumbi revisitado: um estudo sobre movimentos urbanos a partir da identidade social de um bairro no Rio de Janeiro

Debora Pereira Faria, UFF/Rio de Janeiro

Palavras-chave: movimento urbano – identidade social – intervenções urbanas

Introdução

Este trabalho procura discutir sobre a identidade social do bairro do Catumbi, no município do Rio de Janeiro, com base em três eixos principais: sua história; o movimento reivindicatório dos moradores do bairro ocorrido nos anos 1960 e 1970, que resultou em desapropriações e demolições na região; o Movimento de Trabalhadores Cristãos (ou ACO, Ação Católica Operária), sediado no bairro.

Meu interesse em estudar o Catumbi se deu a partir da leitura do livro *Quando a rua vira casa*, de Marco Antonio da Silva Mello e Arno Vogel, e se solidificou em uma visita ao campo realizada em julho de 2019. Num primeiro contato, seja através da leitura ou de uma visita, alguns aspectos chamam a atenção e encantam: as casas antigas, algumas com sobrado, e o ar de interior do local, onde os vizinhos se encontram nas ruas e se cumprimentam.

Os fatores citados contribuem para formar a identidade social do bairro, de que falarei ao longo do texto e o qual destaca Guida Nunes em seu livro *Catumbi, a rebelião de um povo traído*, na forma de oposição entre os moradores e antigos e os novos moradores do bairro. Os primeiros prezavam pelos costumes locais, como colocar as cadeiras nas calçadas no fim da tarde para conversar e para as crianças brincarem juntas na rua, e têm receio de que esses costumes se percam com a vinda de pessoas de fora. Estes últimos chegam com seu próprio modo de vida e são cobrados pelos moradores antigos para que se adaptem ao modo de vida local.

Esta nova situação é trazida pelas diversas intervenções urbanas sofridas pelo bairro nos últimos anos, principalmente a construção da Linha Lilás, como parte do Plano Doxiadis¹, que liga o túnel Santa Bárbara à zona portuária do Rio de Janeiro. Todo o livro

¹ Trata-se de um plano de reurbanização para tornar melhor a articulação interna da cidade do Rio de Janeiro. As principais obras do Plano se constituem na construção de cinco vias expressas em diferentes locais da cidade – as Linhas Amarela e Vermelha, construídas em sua totalidade; a Linha Marrom, não

discorre o desenrolar do movimento que se deu em torno da causa dos moradores do bairro contra as intervenções e o seu progressivo desmanche. Entretanto, trata o acontecido como um ato de recusa da população local frente ao poder público em aceitar passivamente as conseqüentes desapropriações e demolições.



Figura 1. Viaduto da Linha Lilás: rompe a aparência de contiguidade do Catumbi, à esquerda, com o bairro adjacente de Santa Teresa, à direita. Ao fundo, os primeiros prédios construídos nas obras de reurbanização.

De outro modo, Carlos Nelson Ferreira dos Santos aborda o mesmo acontecimento na forma de um registro etnográfico, tratando-o como um Movimento Social Urbano. Em *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* o autor fala ainda sobre os movimentos surgidos em Brás de Pina e Morro Azul, com situações parecidas. Os três casos são exemplos de resistência e engajamento dos moradores em torno de uma causa comum. É a partir destas três obras que pretendo articular as ideias de identidade social de um bairro e de movimentos urbanos.

construída; a Linha Verde, da qual apenas alguns trechos foram construídos; e a Linha Lilás no Catumbi, que liga o túnel Santa Bárbara ao bairro do Santo Cristo na zona portuária.

Breve histórico do Catumbi

O Catumbi possui importância histórica e localização estratégica, o que explica as diversas intervenções urbanas sofridas pelo bairro ao longo dos anos. O Catumbi é um bairro imperial, considerado um dos primeiros do Rio de Janeiro. Foi inicialmente ocupado por ricos proprietários de terras e escravos. “Na literatura não há registros oficiais sobre o ano de sua origem. Entretanto, pode-se fundamentar que a fase embrionária do bairro surgiu por volta da década de 60 do século XVIII” (MATOS, 2005, p. 9).

O roteiro do filme *Catumbi, história de um bairro*, produzido pelos próprios moradores em 1972, discorre sobre a história da região. De acordo com o documento, a região do Catumbi antigamente abrangia também os bairros adjacentes do Estácio e do Rio Comprido e em 1808 recebeu o nome Cidade Nova, condição que perdeu com o tempo. A região passou a ser habitada quando D. João VI instalou sua residência na Quinta da Boa Vista. Para facilitar o percurso ao Paço Imperial, criou um aterro nas regiões alagadiças do lado par da atual Avenida Presidente Vargas, gerando condições de povoamento para toda esta área com isenção de taxas de construção e outros incentivos.

O Barão de Mauá, no fim do século XIX, implantou a primeira fábrica de gás do Rio de Janeiro nas imediações do bairro e canalizou o Mangue para melhorar o acesso à fábrica. Assim, a região se tornou muito atrativa levando as camadas nobres da cidade a construir suas chácaras no bairro e ali morarem. A população cresceu ao redor das chácaras formando uma nova classe média. Surgiu um primeiro tipo de comércio a partir dos produtos das chácaras seguido de outros produtos trazidos por imigrantes. Junto a esse comércio cresceu um pequeno parque industrial devido a proximidade da via férrea e do porto. As indústrias modificaram o aspecto do bairro afastando muitos moradores de boas condições econômicas.

As enchentes também obrigaram muitos moradores a se mudarem, mas as esperanças voltaram em 1947 com o início da construção do túnel Santa Bárbara. Contudo, a obra foi abandonada por 14 anos e o túnel inaugurado somente em 1963. O túnel e a canalização do rio Papa-couve trouxeram um novo aspecto às ruas do bairro, que se tornou um dos mais cobiçados pela especulação imobiliária.

A vida social local

Quando a rua vira casa é um estudo comparado entre o Catumbi e a Selva de Pedra, no bairro do Leblon, também no Rio de Janeiro, sobre o uso do espaço público

para fins lazer. A pesquisa se realizou no momento em que chegava ao fim no Catumbi o processo de demolições e desapropriações, no final dos anos 1970. Depois disso houve ainda a destruição de outra parte do bairro para a construção do sambódromo, onde acontecem os desfiles de carnaval, restando somente um terço do que era originalmente o bairro.

Apesar de ter ocorrido em um momento crítico, o estudo em questão consegue captar as nuances do modo de vida local, das formas de sociabilidade próprias ao bairro e das formas de apropriação do espaço público, além de identificar como princípio estrutural do bairro a diversidade.

No Catumbi, especialmente naquele momento de mudanças, realizava-se “exercícios nostálgicos de inventariação dos teres e haveres coletivos de antigamente” (1985 [1981]), principalmente pelos mais velhos, composto também por um conjunto de atividades. Havia uma rede de confiança de créditos, baseada no afreguesamento, que diferenciava os moradores de fato e os moradores de direito; havia a dimensão ritual do andar a pé e sua dupla importância: passear e resolver afazeres; utilizava-se o ambiente da rua enquanto espaço de lazer educativo para as crianças.

Lá os espaços de lazer e de trabalho muitas vezes se confundem, assim como os espaços de homens e mulheres, público e privado, visível e invisível, formal e informal, o que marca a diversidade como seu princípio estruturante. Com as grandes obras realizadas no local, tinha-se a intenção de realizar uma divisão espacial das atividades de lazer, de trabalho e de moradia.

Destaco ainda a questão da sociabilidade e sua relação com a segurança, que gera a possibilidade de conflito no contato com o outro, estranho ou não, no ambiente da rua, operado por regras e rituais. Pode ser uma relação de troca, de evitação ou de conflito. A partir disso, os autores colocam a seguinte questão: em que circunstâncias o estranho é uma ameaça? Segundo eles, a diversidade é o que possibilita o estranho.

Nestas relações pode haver mediações e mediadores que tornam possível a unidade na diversidade. Ser mediador exige uma determinada maneira de fazê-lo. Há as pessoas que “sabem fazer ambiente”, ou seja, estabelecer relações, harmonizar e conciliar, e que, portanto, sabem circular entre os diferentes grupos. A mediação torna possível a incorporação do estranho, sendo agências de mediação os bares e armazéns, irmandades religiosas, etc.

Enfim, no Catumbi existe a comunidade nas ruas e existe o exercício da cidadania. A cidadania amplia a diversidade, princípio estrutural do urbano.

“A pedagogia da rua como *methodos* é o meio fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da autopertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações sociais. A cidadania, mais do que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum.” (MELLO, VOGEL, pp. 130-131).

Com base nisso, os autores fazem uma breve reflexão sobre a construção social das pessoas, que se dá a partir do conhecimento e integração dos múltiplos papéis que se pode desempenhar, nos muitos contatos e no contato com muitos. Apoiada em tais considerações, defendo que os autores conseguiram captar a identidade social do Catumbi e proponho um debate acerca da identidade do bairro vinculada à discussão sobre movimentos urbanos.

A identidade social de um bairro

Em *Quando a rua vira casa*, os autores elaboram a imagem da vida cotidiana no bairro de modo a alcançar a identidade social do bairro. De acordo com o que mostram Guida Nunes e Carlos Nelson F. dos Santos, em suas obras já citadas, acerca do movimento de moradores no Catumbi, tal movimento contribui para reforçar e preservar a identidade social do bairro.

A principal característica da identidade social do Catumbi é sua diversidade interna, marcada principalmente pelos diferentes usos que se dá ao espaço, de modo que as classificações dos mesmos não são rígidas. Muitas vezes uma mesma construção é usada como residência na parte de cima, no sobrado, e como local de trabalho no andar de baixo, onde funciona algum tipo de comércio (oficina, mercearia, bar). O mesmo local de trabalho pode ser um local de lazer, como é o bar para os adultos ou a rua para as crianças e mulheres, que costumam conversar nas calçadas, geralmente nas portas das casas, tornando a fronteira entre espaço público e privado flexíveis. Uma das suas reivindicações ao poder público era para que ao invés de apartamentos fossem construídas para as pessoas que ficariam sem moradia casas de dois pavimentos, que funcionariam, como os sobrados, como local de residência e trabalho nos diferentes andares (NUNES, 1978).

Outro fator que contribui para a diversidade do bairro e também para a construção da sua identidade social é a presença da comunidade nas ruas, seja utilizando-as como espaço de lazer, de socialização ou de trabalho, exercendo a cidadania, em suma. Pode-se dizer assim, que, por consequência, a cidadania contribui para a existência da

diversidade, seja nas relações ou no uso dos espaços, na medida em que o espaço do bairro se faz efetivamente de todos. Isto certamente foi determinante para a formação do movimento de moradores e a força que teve durante a sua existência, pois reforçou os laços já existentes entre os moradores em torno de uma causa comum.

É possível dizer que antes mesmo das desapropriações já existiam causas em comum capazes de mantê-los unidos de algum modo. São elas a diversidade; a cidadania, sendo a responsabilidades sobre o que é público; e a convicção, como definida por Jane Jacobs e citada por Mello e Vogel. A convicção consiste na confiança e nos atos públicos, somente, somente em virtude dos quais existem pessoas dispostas a vigiar gratuitamente os espaços públicos. É o que ocorre no Catumbi e é o que permite a segurança no uso do espaço público, principalmente por crianças. A convicção é também, portanto, o que permite o exercício da cidadania.

Chamo a atenção novamente para o fato de que os autores, considerando a vida social local, falam sobre a construção social da pessoa, que se dá no conhecimento e integração dos múltiplos papéis que podem desempenhar, nos muitos contatos e contatos com muitos, que ocorrem cotidianamente no espaço da rua. Logo, a construção social da pessoa se desenvolve em torno destes três pontos: a diversidade, a cidadania e a convicção. Fundamentado nisto, admito que a identidade social do Catumbi também se sustenta nestes três aspectos. Na medida em que tais pontos participam na deste processo e estão presentes em seu dia-a-dia, isso se estende para o bairro e sua identificação.

Quando se constitui uma oposição às intervenções urbanas o que está em jogo é a identidade social e a vida social do bairro que os moradores antigos, nascidos e crescidos ali, buscam preservar. O que se evoca como argumento é o quanto seu próprio modo de vida é bom e lhes proporciona segurança, segurança esta que estará em xeque com a chegada de pessoas estranhas de fora. Assegura-se que a melhor maneira de incorporação dos novos residentes é através da sua adaptação ao modo de vida local. Com as mudanças na morfologia da região não há mais o mesmo sentimento de segurança para que os pais deixem as crianças brincarem na rua. Por exemplo, um campo de futebol onde os garotos jogavam bola se tornou uma região sem movimento e distante das casas, sendo perigoso deixá-los ir para lá.

Em resumo, a real causa que as intervenções urbanas colocam em questão e em volta da qual se forma o MSU do Catumbi é a identidade social dos bairros e o seu pertencimento a esta realidade. Apesar da derrota parcial dos moradores, pois as

demolições e as intervenções acabaram acontecendo, o movimento teve a função de reafirmar tal identidade e o quanto a população nela se reconhecia.

Fundação e consolidação da Ação Católica Operária (antiga ACO, hoje MTC)

Em 1962 foi fundada a Ação Católica Operária pelo cardeal José Cardijn a partir da Juventude Operária Católica (JOC), fundada também por ele. Mesmo tendo sido fundado neste ano, os trabalhos já se organizavam anteriormente. A instituição da igreja não tinha uma posição uniforme em relação à ACO. Dom Hélder Câmara e pelo menos mais três bispos apoiaram o movimento: Dom Cândido Padim, Dom Antônio Batista Fragoso e Dom José Lamartine.

Ao visitar sua sede regional, na Rua Van Erven, conheci Marilea, secretária-geral da equipe mundial do movimento. O MTC é um “movimento internacional *de* igreja e não *da* igreja”, pois é autônomo em relação à instituição – quem comanda são os trabalhadores e não os clérigos enquanto representantes da Igreja. Ainda assim, é reconhecido pelo Vaticano e pela CNBB. A mudança de nome ocorreu em 2008 sob o argumento de que MTC seria um termo mais abrangente, pois abarca outras religiões também.

A sede do RJ não possui algum tipo de identificação. Foi difícil encontrar o local exato mesmo pedindo informação em estabelecimentos comerciais próximos porque as pessoas não conhecem a ACO. Segundo Marilea, esta foi uma opção de padre Mario Prigol, fundador da equipe regional do Rio de Janeiro. Para ele seria um modo de manter os objetivos iniciais da ACO, impedindo, por exemplo, que pensassem que ali seria um lugar onde se presta serviços assistenciais.

Esta característica da sede, assim como outras características da organização interna do MTC descritas adiante, justificam em parte a pouca participação de moradores do bairro e o fato de o mesmo não ser tão conhecido na região. O movimento reivindicatório das décadas de 1960 e de 1970 era um movimento de moradores do asfalto mas que contava com o respaldo dos moradores dos morros do entorno – morro da Coroa, morro do Catumbi (Mineira) e do São Carlos – que atuavam junto com padre Mario em determinadas causas sociais. Os militantes do MTC que moram no bairro são principalmente da Coroa. Soma-se a isso o fato de que, apesar de ter sido fundado há 58 anos, o movimento não é amplamente conhecido na região, o que chama a atenção em um bairro como o Catumbi onde a população local em geral se conhece devido ao intenso convívio cotidiano.



Figura 2. Sede da equipe regional do RJ do Movimento de Trabalhadores Cristãos. Não há uma placa ou outro tipo de identificação no local.

Padre Mario Prigol, da igreja do bairro, Santuário Nossa Senhora da Salette, faleceu em novembro de 2018. Em sua homenagem a equipe do RJ passou a se chamar Equipe Mario Prigol. Há ainda as equipes regionais Norte, Nordeste I, II e III, Minas Gerais e São Paulo, estando presente em 46 países. Possui uma declaração de princípios, estatuto e regimento interno. É constituído pelas equipes de base, pelas equipes regionais, nacionais e mundial.

O objetivo principal do movimento é a formação política dos militantes (clérigos e trabalhadores) a partir das reuniões das equipes de base, formadas por grupos de 5 a 10 pessoas. Nestas reuniões, realizadas de 15 em 15 dias, os militantes fazem a revisão de vida, que seria o “conhecer para transformar”, com base na metodologia do ver, julgar e agir, herdada da JOC.

Nas reuniões se reconhecem os fatos (ver) sobre os quais é importante refletir (julgar) e a partir disso os militantes de engajam em diferentes causas (agir), sempre à luz do evangelho. É o que chamam de agir libertador. A atuação deve ser na sua própria

comunidade, podendo ser em sindicatos, movimentos de bairro ou movimentos de mulheres, por exemplos. O MTC tem como linha fundamental a teologia da libertação, elaborada por Frei Beto, Leonardo Boff e Antônio José Medeiros. Não é um movimento de massa, é voltado para a conscientização e formação política, dando a base ideológica que o militante precisa para atuar individualmente em uma causa. O militante tem a opção de se filiar ou não a um partido político, mas o movimento é apartidário. Segundo Marilea, o partidarismo não é bom para o movimento porque “quando entra o político-partidário o movimento se desfaz” e pode perder a capacidade de diálogo.

Processo de formação e superação de um MSU

Santos em seus estudos sobre os movimentos urbanos tem como preocupação central saber como por meio das decisões tomadas no dia-a-dia a população se rearticula. Uma das maneiras como fazem isso é a formação dos movimentos sociais urbanos. Por falta de um debate e de teorias mais desenvolvidas acerca do tema no período de realização da pesquisa, década de 1960, o autor se baseia na discussão de Manuel Castells sobre os MSUs, que define como “os movimentos de grupos ou setores da população urbana que têm, por consequência, a sua base na cidade e que nascem das suas contradições específicas” (1981, p. 22).

O autor trabalha também com as ideias de campo e arena, de Marc Swartz. O campo é composto pelos atores envolvidos no processo em questão. Aposição territorial e social e as áreas de comportamento desses atores mudam de acordo com a entrada e saída de atores ou com as mudanças nas suas atividades de interação. A arena seria “uma área social e cultural imediatamente adjacente ao campo em espaço e tempo”, onde se situam os que não estão envolvidos nos processos determinantes ao campo, mesmo que estejam diretamente envolvidos com os participantes do campo.

Carlos Nelson, através dos casos trabalhados em sua obra, mostra que, de modo geral, os MSUs têm início a partir do que ele chama de um evento mobilizador. O evento mobilizador é o que desencadeia o MSU, na medida em que permite a ruptura do cotidiano e ocasiona a crise-núcleo geradora de uma causa comum.

Depois, há um grande crescimento do movimento e da mobilização das pessoas em torno desta causa até chegar ao seu ápice, seguido redução da participação das pessoas até que o movimento chegue ao fim. Na fase de crescimento, em geral ocorrem as conquistas do movimento, que tem suas demandas iniciais atendidas. Quando esta situação de certa forma se estabiliza, tem início a fase de superação do MSU. No Catumbi,

a fase de superação começa quando as reivindicações da população local passam a não ser mais atendidas pelo poder público e são postos em prática os projetos de intervenção urbana.

Neste processo há um catalisador. O catalisador é quem faz a intermediação entre o evento mobilizador e a resposta que suscita do poder público. Podem ser indivíduos, grupos ou instituições externos ao conjunto de moradores. Nos casos estudados, são os padres e técnicos (arquitetos e urbanistas). No Catumbi foram principalmente os três padres que compunham a equipe paroquial naquele período, incluindo Pe. Mario.

Há ainda outros dois elementos que não são considerados componentes dos MSUs: 1) conjuntura favorável e superação do MSU. É dada externamente e se constitui em condição necessária, mas não suficiente, para o surgimento e desenvolvimento de um movimento; 2) perpetuação do MSU através de registro e crítica da sua memória. Os MSUs geram memória que só é apropriada fora do campo do movimento. É preciso considerar que a memória é um dos mecanismos de exercício do poder em qualquer instância.

Disto o autor conclui que “nos dramas dos MSUs se produzem novos valores, conceitos e significados sobre os processos de morar na cidade. Criam-se também novos moradores” (p. 238). Problematiza as diferentes formas de organização do espaço urbano dizendo que “o MSU terá de ser visto, portanto, como o ‘questionamento da nova divisão espacial e social das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos, através do fenômeno de segregação nabitat/trabalho’ (Lojkine, 1997, p. 337).” (SANTOS, 1985, p. 214).

Neste ponto, ele concorda com Mello e Vogel. Os três autores colocam em questão a mudança no modo de organização das atividades no espaço urbano trazidas pelas intervenções urbanas, que visam uma divisão espacial das atividades de lazer, moradia e trabalho na cidade urbana.

Partindo das ideias de Carlos Nelson, questiono se o MTC pode ser considerado um MSU assim como o movimento de moradores do Catumbi. Diferente do movimento do Catumbi, no caso do MTC o movimento se formou e não houve sua superação. Ele se mantém por conta das frequentes reuniões de base – além das regionais, nacional e mundial – e por causa do engajamento individual.

Não existe uma causa específica comum do movimento. Sua causa como um todo é a melhoria das condições de trabalho e de vida do trabalhador. Para Mrilea, “o MTC tem sempre uma causa e a causa é coletiva”. Deste modo, entendo que a causa é sempre

bem geral para que possa contemplar a coletividade dos militantes em suas diferentes profissões e em suas diferentes questões, que podem variar conforme sua região de origem, como pude constatar no Seminário Nacional do MTC, em outubro de 2019, no Catumbi. O Seminário teve como tema “Luta da classe trabalhadora por direitos e políticas públicas”.

Por ser voltado especificamente para a formação política, no MTC não há catalizador. O evento mobilizador foi a iniciativa de criar um movimento de ação católica voltado para as causas dos trabalhadores, mas nos mesmos moldes dos movimentos de ação católica já existentes. Também não há a fase de superação não há ações realizadas pelo movimento propriamente. As ações são realizadas por seus membros em diferentes causas, todas elas caras ao MTC.

Considerações finais

O MTC pode ser considerado, portanto, um movimento social urbano *de* igreja, em moldes diferentes dos MSUs estudados por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Considero ainda que o surgimento da equipe regional do MTC esteve ligada ao MSU dos moradores do Catumbi, visto que foi Pe. Mario Prigol o fundador da equipe e que os dois aconteceram no início da década de 1960.

No MTC apesar de não haver o catalizador, a fase de superação ou ações realizadas pelo movimento em si, há o evento mobilizador, a conjuntura favorável e o registro de memória por meio das suas diversas publicações. Dado que o MTC mesmo tendo um eixo central proporciona bastante liberdade de atuação aos militantes e tem sempre uma causa em pauta, a participação no movimento em si pode ser considerada uma causa por seus membros e a sua motivação. Entretanto, sua integração com o bairro poderia ser dificultada por causa de sua organização e características próprias. Penso que isso foi amenizado através do elo com a igreja matriz representado pela figura de Pe. Mario.

Levando em conta as ideias e conceitos com os quais Carlos Nelson trabalha, sobretudo o que define como movimento social urbano, reforço que o MTC pode ser considerado um MSU, mas em moldes diferentes. Com suas características próprias, seria um MSU em constante rearticulação.

Referências bibliográficas

CHAPARRO, Manoel Carlos da Conceição. História da ACO: fidelidade e compromisso na classe operária. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Publicação da ACO, 1987.

HERVY, Pe. Bernardo. Revisão de vida: conhecer para transformar. 2ª edição, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Publicação da ACO, 1985.

MATOS, Mauro. Catumbi, um bairro do tempo do império. Rio de Janeiro, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – Secretaria Especial de Turismo, 2005.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; MOLLICA, Orlando [1981]. Quando a rua vira casa: apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 4ª edição, Niterói, EdUFF, 2017.

NUNES, Guida. Catumbi, a rebelião de um povo traído: um caso de especulação imobiliária. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

PRIGOL, Pe. Mario. Mario Prigol: educador da fé entre trabalhadores e militantes populares. Coleção Testemunhos de militantes e educadores. Volume IV, Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Publicação, 2003.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

SOUTO, Anna Luiza Salles. Movimentos populares urbanos e suas formas de organização ligadas à igreja. In.: Movimentos sociais urbanos e minorias étnicas e outros estudos. Brasília: Anpocs. Revista Ciências Sociais Hoje, nº 2, pp. 63-95, 1983.